

FONTE : JESP

CLASS. : _____

DATA : 26/03/76

PG. : _____

19.106

19.105

Descaso provocou o massacre

JESP-26.3.76

Lucio Flávio Pinto
 Correspondente em
 BELÉM

A Funai praticamente tem abandonado as populações indígenas que habitam as margens das estradas federais abertas na região amazônica. Esse erro, segundo alguns antropólogos, decorre de um equívoco fundamental: o órgão constituiu frentes de atração para atuar em áreas que vão ser atravessadas por rodovias, mas logo após elas terem sido construídas e inauguradas, supondo que a assistência não é mais necessária, desmobiliza essas frentes.

Mas é justamente a partir daí que elas se tornam imprescindíveis. Quando a estrada está sendo construída, os índios evitam aproximar-se delas porque há muitos trabalhadores e muita movimentação. Ficam observando, já que esses acontecimentos os fascinam, mas sempre de longe. Porém, quando a estrada é concluída e as turmas de trabalhadores são retiradas a estrada permanece existindo como um elemento de atração. É aí que os índios, até então internados na selva, aparecem.

O incidente ocorrido no mês passado no quilômetro 100 da Transamazônica exemplifica os efeitos desse erro. A estrada tem tráfego normal há quase cinco anos e, ao longo de boa parte de sua extensão, foram instalados núcleos de colonização. A estrada, assim, foi "civilizada". Por isso, as turmas de trabalhadores contratados para penetrar na selva já não se preocupam com a possibilidade de existirem índios não contactados. Há a suposição de que, como 100 quilômetros de cada lado da estrada pertencem ao INCRA, desapareceram todos os resquícios do mundo isolado e selvagem que existia antes — e em boa parte continua existindo. A própria Funai parece assumir essa concepção.

Seis trabalhadores da CPRM penetraram então na selva a partir do quilômetro 100 da Transamazônica, e quando estavam a apenas 23 quilômetros de seu leito foram atacados por índios ainda não identificados (jurunas ou araras). Três deles foram mortos e os sobreviventes não conseguiram entender como podia haver "índios selvagens" a apenas 123 quilômetros de Altamira, a mais importante cidade da região, e tão próximos a um local onde trafegam automóveis e caminhões.

A CPILM também não imaginava um fato desses e, ao contrário dos procedimentos usuais adotados quando precisa mandar trabalhadores para a selva, nem consultou a Funai. A delegacia regional do Pará também não poderia fazer muito: a partir do momento em que a Transamazônica foi inaugurada, a delegacia perdeu pessoal, com a transferência de sertanistas para outras áreas.

As frentes foram desmobilizadas e predominou o descaso para com o trabalho de aproximação com as tribos existentes na área de influência da estrada. Apenas os postos, instalados há muitos anos, continuaram funcionando. Para a Funai, a fixação da estrada eliminaria os fatores de surpresa. Mas o incidente do mês passado demonstrou o contrário.

Mesmo a morte de três trabalhadores, contudo, não mudou substancialmente a atitude da Funai. Por decisão de Brasília, foram suprimidos os recursos do Programa de Integração Nacional destinados aos projetos indigenistas no Pará — recuperados anteontem, por ato da Presidência da República —, apesar de existirem cinco frentes em contato com as tribos isoladas, arredias ou hostis. Sem os recursos, essas frentes pouco poderiam fazer.

A falta de verbas é ainda mais grave porque o incidente demonstrou que há grupos indígenas insatisfeitos ou até mesmo revoltados com a existência da Transamazônica e dis-

postos a atacar os "brancos" que penetrarem em suas terras utilizando a estrada. Talvez esse tenha sido o motivo do ataque aos jurunas ou araras aos trabalhadores da CPRM. Mas seria preciso entrar em contato com eles para defender seus direitos ou evitar efeitos maléficos de represálias.

Os poucos antropólogos que atuam junto às tribos indígenas do Pará (formando a segunda maior comunidade do país, após as existentes no Amazonas), contudo, estão desiludidos com a Funai. Eles vêm defendendo há dois anos a criação do Parque Indígena Kayapó, para abrigar os mil índios que habitam a região entre os rios Xingu e Fresco, muito coligada pelos responsáveis por projetos agropecuários em instalação. Até hoje o parque não foi criado, embora o processo tenha sido entregue ao ministro do Interior e tenha parecer favorável.

O parque abrangeria 22 mil quilômetros quadrados e seu tamanho talvez esteja criando problemas. Alguns técnicos pragmáticos e empresários acham essa área muito grande, mas é preciso considerar alguns fatores que a tornam necessária: se o parque for criado, será possível, com toda a cautela e preparo, transferir todos os grupos kayapó da região.

A reunião desses grupos do mesmo tronco, separados após conflitos internos e guerras com seringueiros, tornaria a experiência algo semelhante à do Parque do Xingu. E, embora a área pretendida realmente seja muito grande, há também muitos índios. Segundo o censo de 1970, a vila de Graúas (nome dado ao posto indígena do Corotire pelos técnicos da Fundação IBGE) tem mais habitantes do que São Félix do Xingu, que é a cidade "civilizada" mais importante da área. Os índios, que temem a presença dos brancos — e que acreditaram que a Funai criaria sua reserva — começam a ficar impacientes com a demora, que os antropólogos do órgão não sabem explicar.